



## DELIBERAÇÕES

### 54.ª Reunião Ordinária, realizada em 22 de dezembro de 2015

#### PRESIDÊNCIA

Proposta de aprovação da subscrição do Pacto Político Municipal proposto pela ADAL – Associação de Defesa do Ambiente de Loures, relativo à defesa da água como recurso público.

#### PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

n.º 592/2015

Considerando que:

- A. A água é um recurso natural indispensável à vida humana;
- B. A 14 de julho de 2015 foi reconhecido pelo Parlamento Europeu que a água é um bem público de interesse geral cuja livre disponibilidade e acessibilidade deve ser garantida pelos Estados-Membros;
- C. Constituem atribuições dos Municípios a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em especial no domínio do ambiente e saneamento básico;
- D. Em conjunto com a Câmara Municipal de Odivelas foi criada uma empresa pública intermunicipal – os Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos de Loures e Odivelas – para a gestão da rede de águas, saneamento e recolha de resíduos sólidos nos Concelhos de Loures e Odivelas, por se entender como fundamental a preservação de um serviço público inteiramente gerido pelos dois municípios;

- E. A Associação de Defesa do Ambiente de Loures (ADAL) propôs a esta autarquia a subscrição de um “Pacto Político Municipal” pela defesa da água como recurso natural público e sob controlo democrático, conforme documento em anexo;
- F. A defesa da água enquanto bem público constitui um objetivo estratégico da Câmara Municipal de Loures, que tem vindo por todos os meios a contestar e a contrariar todas as tentativas do poder político central de privatização deste bem essencial;
- G. Se entende que os pressupostos da proposta da ADAL são oportunos e vão ao encontro dos interesses do Município e suas populações.

Tenho a honra de propor:

Ao abrigo do disposto nas alíneas t), ee) e uu) todas do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que a Câmara Municipal de Loures subscreva o Pacto Político Municipal proposto pela ADAL em anexo, relativo à defesa da água como recurso natural público e sob controlo democrático.

Loures, 15 de dezembro de 2015

O Presidente da Câmara

(a) *Bernardino Soares*



**Posição Pública**

**22 de março**

**Dia Mundial da Água**

**ADAL afirma que a água precisa ser defendida,  
protegida e mantida pública,  
sob controlo democrático**

O Dia Mundial da Água assinala-se a 22 de março.

Na atualidade, às pressões ambientais e civilizacionais sobre as fontes de água potável, acrescem as investidas económico-financeiras e mesmo militares. Em especial em Portugal, crescem, com razão, as preocupações relativamente às pretensões do poder político de proceder à privatização da água e da sua gestão.

Neste quadro, a ADAL entende oportuno tornar pública a sua posição de frontal oposição à privatização da água, na medida em que se trata de um elemento fundamental à vida, não se compreendendo que possa ser entendido como mero bem transacionável e alavanca de promoção de lucros privados.

Entende-se que o bem-público ÁGUA só pode ser adequadamente gerido e protegido, sob controlo democrático das populações.

Em Loures suscitam especial preocupação, neste momento, as colossais perdas de água na rede pública de abastecimento, que constituem um lamentável desperdício, independentemente dos custos económicos que comportam, que precisam ser urgentemente contidos e revertidos.

O novo ciclo autárquico justifica que a ADAL venha a propor aos autarcas eleitos um Pacto de Defesa da Água em Loures, que constitua um guia para ação e gestão democraticamente controlada da água no Município, por autarcas e populações.

Loures, 9 de março de 2015



#### **Proposta de Pacto Político**

#### **Loures PACTO POLÍTICO MUNICIPAL pela defesa da água como recurso natural público e sob controlo democrático**

A ADAL - Associação de Defesa do Ambiente de Loures, propõe aos eleitos nos órgãos municipais de Loures, a subscrição do seguinte pacto:

A água é um recurso natural indispensável à vida.

Essa característica iniludível e particular, torna a água insuscetível de mercantilização, logo, de privatização, na medida em que uma gestão privada deste recurso viabiliza a possibilidade da sua utilização como instrumento de condicionamento, de discriminação e de vulnerabilidade dos interesses gerais, de populações, de comunidades, de segmentos territoriais ou mesmo de famílias e indivíduos.

Ao contrário, mantida na esfera pública, a gestão da água dispõe dos mecanismos de funcionamento da democracia, para garantir a sua proteção, captação equilibrada, distribuição universal e justa, e a indispensável poupança, tendo em vista a sua sustentabilidade, a preços sensatos, que não tendo em vista proporcionar lucros, não será sujeita à sobre-exploração económica.

Por estas essenciais razões, os autarcas eleitos nos órgãos municipais do Concelho de Loures, subscrevem o presente pacto, afirmando, por essa via, tudo fazer na sua ação política para assegurar a defesa da Água como recurso natural público e assegurar o controlo democrático da sua exploração, distribuição e preservação.

Loures, 9 de abril de 2015

**(Aprovada por unanimidade)**

#### **PLANEAMENTO, FINANÇAS E LOGÍSTICA**

##### **LOGÍSTICA**

**Processo n.º 41915/DL/2015**

**Concurso público para aquisição de energia elétrica nos regimes média tensão (MT), baixa tensão especial (BTE) e baixa tensão normal (BTN), igual ou superior a 10,35 KVA, por lotes, para o Município de Loures, Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos dos Municípios de Loures e Odivelas (SIMAR), Gesloures - Gestão de equipamentos Sociais, E.M., Unipessoal, Lda. e Loures Parque - Empresa Municipal de Estacionamento, E.M., Unipessoal, Lda.**

Proposta de aprovação do projeto de minuta do contrato a celebrar entre o Município de Loures, os Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos dos Municípios de Loures e Odivelas (SIMAR), a Gesloures – Gestão de Equipamentos Sociais, E.M., Unipessoal, Lda., a Loures Parque – Empresa Municipal de Estacionamento, E.M., Unipessoal, Lda., enquanto contraentes públicos, e a EDP Comercial – Comercialização de Energia, S.A., abrangendo o contrato os Lotes 1, 2, 4 e 5, e de aprovação da liquidação da taxa devida pela redução do contrato a escrito.